

SELETA

FINAL DO DOMÍNIO HOLANDÊS

Francisco Adolfo de VARNHAGEN

(...) E deixando que os louros da vitória ornem a frente dos principais caudilhos, justo é que deles nos ocupemos, dando a cada um, com imparcialidade histórica, o quinhão de justiça e de consideração que lhe caiba.

Francisco Barreto era um grande cabo de guerra, sobretudo quanto a dotes de circunspeção, reserva e prudência. Seu aspecto carrancudo, acaso mais sombrio e rugado em virtude da recente prisão que sofrera, condizia com o gênio seco e com as poucas palavras que proferia; e o arrego militar, e a voz áspera, com os castigos raros, mas severíssimos, que impunha, como partidário da máxima antiga de que os soldados devem temer o próprio capitão mais do que o inimigo.

Estudando bem os fatos, João Fernandes Vieira não aparece decididamente tão grande, como, em detrimento dos seus camaradas, no-lo quiseram apresentar seus panegiristas.

André Vidal era homem tão superior que necessitava um Plutarco para apreciá-lo. Enquanto empreendeu, sempre com muito esforço e valor, não levou a mira do prêmio, nem talvez nesse mesmo fantasma da glória que tantas vezes nos embriaga; tudo fez por zelo e amor ao Brasil, ou por caridade cristã. Sua abnegação a bem da pátria chegou ao extremo de consentir que, sem a mínima reclamação, circulassem, essas infandas narrações contemporâneas desta campanha, que sempre lhe atribuíam um papel tão secundário. Quanto possuía era primeiro dos bons soldados do que seu. E tinha o raro mérito de saber grangear amigos, sem lhes ofender sequer o melindre por agradecidos. Do seu sincero ânimo religioso nos deixou prova na capela da Senhora do Desterro de Itambé, perto de Goiana, por ele instituída "em louvor dos muitos

benefícios e vitórias que, por intercessão da mesma Senhora, alcançou dos inimigos". E para que não pareça apaixonado este nosso juízo, transcreveremos aqui textualmente duas certidões. Seja a primeira a informação que do mesmo Vidal deu ao primeiro rei da dinastia bragantina q insigne P. Antônio Vieira:

"De André Vidal direi a V. Mag. o que não me atrevi atégora, por me não apressar, e porque eu que tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para se conhecer um homem. Tem V. M. mui poucos no seu reino que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama; é tanto para tudo o demais como para soldado: muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V. M. e observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro, grande da corte de V. Mag."*

Não menos favorável se lhe mostrara o próprio rei, quando, ao confirmá-lo, em 2 de novembro (1654), no prometido governo do Maranhão, dissera fazê-lo pelos serviços que o mesmo Vidal prestara, por mais de vinte anos de guerra,

"no Brasil, sendo ferido por vezes e aleijado de uma perna; e em particular aos (serviços) que, depois do primeiro despacho, continuou na campanha de Pernambuco, donde ocupou todos os postos da milícia, de capitão, sargento-mór, mestre de campo, e de um dos governadores das armas do exército da mesma capitania, sempre com a satisfação que é notória, e grande despesa da fazenda, pondo por muitas vezes sua vida a conhecido perigo, e sinalando-se por várias ocasiões e encontros que teve com os inimigos, com singular valor, tendo muita parte dos bons sucessos e vitórias que na dita campanha alcançaram contra os Holandeses, com grande reputação do nome português, não reparando para esse efeito na perda de sua fazenda; porque quando foi necessário abrasar os canaviais e engenhos daquele distrito, foi o primeiro que com suas mãos pôs o fogo a um de seu pai, para a esse exemplo se fazer o mesmo aos mais".

O retrato de Fernandes Vieira foi gravado e publicado na obra panegírica de Fr. Raphael de Jesus. O de Vidal encontra-se em Angola, entre

(*) Carta datada do Pará, 6 de dezembro de 1655, reprod. por J. Lúcio de Azevedo, **Cartas**, I, 447. Coimbra, 1925.

os dos demais governadores desse reino, donde o Brasil há de solicitar uma cópia fotográfica.

Tanto Vieira como Vidal viveram ainda mais vinte e sete anos; e só passaram ambos à melhor vida em 1681; o primeiro em Olinda, aos 10 de janeiro, e o segundo vinte e quatro dias depois, no Engenho Novo de Goiana, em 3 do imediato mês de fevereiro.

O governador Henrique Dias foi gratificado como aumento de dois escudos mensais ou vinte e quatro anuais, fora os mais vencimentos, por conta dos quinhentos acima mencionados. Recebeu igualmente em propriedade as casas e terrenos onde, durante o sítio, tivera a sua estância. Logo passou, segundo parece, a Portugal, onde em fins de novembro de 1657, lhe eram pela Corte mandados abonar todos os vencimentos que se lhe deviam e, em 20 de março do ano seguinte, lhe foi concedida a patente de mestre de campo "ad honorem". Daí a pouco mais de quatro anos, em junho de 1662, faleceu no Recife, sendo abonados pela fazenda real, por ordem do governador Brito Freire, os módicos gastos feitos com o seu funeral, que teve lugar no dia 8 do mesmo mês, e importaram, além da pólvora para as descargas, em quarenta e oito mil e setecentos e vinte réis.

Foi, porém, somente depois de morto que os seus serviços receberam no Brasil (não sabemos em que data) a mais gloriosa recompensa, ordenando-se que, para perpétua memória, se organizassem, em várias das capitanias, corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de **Regimentos dos Henriques**.

Antônio Dias Cardoso foi feito mestre de campo; teve, em 1655, promessa de uma comenda de lotes de cem mil réis, recebendo, enquanto nela não fosse provido, sessenta mil réis anuais. Governou por pouco tempo e interinamente, depois de Fernandes Vieira, a capitania da Paraíba, e foi mais tarde comandar no Rio Real e nos Palmares; mas em 1667 se achava no Recife tão necessitado que Vidal, sendo capitão-general, a requerimento seu, lhe mandou abonar, à custa de atrasados que se lhe deviam, uns trezentos mil réis. Cinco anos depois (maio de 1672) já era falecido, sem haver recebido a prometida comenda.

Quanto aos chefes holandeses que subscreveram à rendição da Praça, consta que chegaram à Holanda no mês de julho, e que aí trataram de defender-se como melhor puderam. O comandante militar Schkoppe foi, porém, por sentença, privado de seus soldos, desde a data da capitulação do Recife.

Não passaremos adiante sem observar que, nas capitanias do Norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez

aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações recebidas, mediante o beneplácito da Cúria Romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele de barbárie, este da escravidão, se honraram todos os índios e todos os africanos, na idéia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos. Por outro lado, também o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitânias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que dessa guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil.

Pelo que respeita à tolerância religiosa, cumpre dizer que desde a invasão holandesa era muito menor, como sucede sempre que a antiga religião é posta em contato com outra nova, sobretudo trazida por conquistadores. O vício de certa indiferença religiosa converteu-se em fanatismo contra os protestantes e judeus. O padre Manuel de Moraes, filho de São Paulo, e que, sendo jesuíta, se fizera calvinista, e se casara com mulheres desta seita, pelo que fora já queimado em estátua na inquisição de Lisboa no auto de 6 de abril de 1642, apresentando-se arrependido aos restauradores de Pernambuco, e sendo por estes recomendado à Corte, foi condenado a hábito perpétuo, sem remissão, com fogos, e suspenso para sempre das ordens, no auto de 15 de dezembro de 1647, em que saíram condenados por judaísmo mais cinco moradores de Pernambuco. Em 1644 haviam sido relaxados em estátua mais dois colonos da mesma província, Manuel Rodrigues Monsanto e Pedro Álvares da Fonseca. Nos vinte e tantos autos de fé que em Lisboa tiveram ainda lugar durante o seguimento deste século XVII, só, porém, se contaram em cada um dois colonos do Brasil, e isso mais por sodomia e bigamia que por judaísmo. Degradadas mandou a Inquisição durante esse tempo para o Brasil umas trezentas pessoas de ambos os sexos.

Quanto à cultura do Brasil em geral, não hesitamos em asseverar que ela havia ganho muito com a guerra holandesa. E não só nas capitânias do Nordeste, onde os povos estavam com contato com indivíduos de uma nação mais ativa e industriosa, como até nas do Sul, com as invasões contra os selvagens. É um axioma comprovado pela história, que às vezes estas são civilizadoras, e que trazem energia e atividade a povos entorpecidos pela incúria, a preguiça e o ilhamento. Durante a guerra foram devassados, acaso pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira, digamos assim, pois que o intuito era de guerrear os contrários, e quando menos pensavam se viam absorvidos pela civilização daqueles a cujo

lado combatiam. Muitos caminhos apenas trilhados eram aplanados para darem lugar à passagem de tropas; alguns rios ficavam acessíveis à navegação, às vezes pelo simples desvio de uns paus que entulhavam seus leitos; e todos sabem quanto a facilidade de comunicações civiliza os povos.

Em definitivo: da invasão holandesa resultou algum proveito para o Brasil? Grande responsabilidade envolve a resposta, quando ao pensar dá-la como que acometem os nossos ouvidos os lamentos de tantas vítimas, chorando a perda de seus parentes, dos seus bens, e até alguns de sua própria honra! Confessamos que o primeiro impulso do nosso coração é o de deixar a pena e chorar com elas... Infelizmente, porém, a civilização humana semelha-se em tudo ao homem: nasce chorando e chorando e sofrendo passa grande parte da infância, até que se educa e se robustece. Se, pois, nos conformarmos com esta lei indeclinável, reconheceremos que o Brasil pagava então grande parte do seu tributo... E não há dúvida que, passados esses choros e esses sofrimentos, se apresentou mais crescido e mais respeitável, havendo para isso concorrido poderosamente os grandes e continuados reforços de colonos ativos e vigorosos de vários terços ou regimentos que vieram da Europa, e cujos indivíduos pela maior parte ficaram no Brasil, o que fez um número superior aos dos mortos nos campos de batalha.

Por outro lado, o gênio do padre Vieira, desenvolvido já no meio dos embates dessa guerra, recomendara à Europa o Brasil, apresentando-se até na Holanda feito officiosamente agente diplomático; e os holandeses levavam aos mares do norte da Europa os nossos produtos e os faziam aí conhecidos e desejados. O açúcar, a aguardente de cana e até a tapioca deveram ao consumo por eles promovido os aumentos de seu fabrico no Brasil. Muitos dos nossos produtos naturais foram descritos, e suas virtudes médicas apregoadas na Europa, graças especialmente às páginas de Piso e Margrav.

Ficariam incompletas as informações dadas acerca das lutas com os holandeses, se não juntássemos aqui algumas linhas acerca dos principais autores de que nos valem, além das correspondências oficiais, em parte ainda inéditas, de uma e de outra parte, que chegaram até nós.

As **Memórias Diárias**, de Duarte de Albuquerque, compreendem na época de nove anos que abrangem (desde 1630 e com mais extensão e exatidão desde 1632 a 1638) maior soma de fatos guerreiros que nenhuma outra; mas são alguns deles demasiado minuciosos, e de mais interesse para as crônicas locais que para a história política e civil em geral. Foi deste livro, pouco lido quando se deu à luz, que, sem o confessar, quase exclusivamente se valeu Francisco de Brito Freire para a história que, acerca do primeiro período da guerra pernambucana, publicou em 1675; adornando mais a narração,

acrescentando circunstâncias que não se justificam pelos fatos hoje conhecidos por novos documentos, e que foram introduzidas como verdadeiros recursos oratórios para enriquecer o estilo, que aliás saiu guindado e ultra-culto. O certo é que se Albuquerque havia terminado o seu livro no ano de 1638, porque então se retirou para a Europa, Brito Freire viu-se também obrigado a não passar desse ano, porque não teve dele em diante mais **memórias diárias** que lhe **for necessesem texto**.

Como escritor de méritos superiores se nos apresenta, nos dois anos de 1637 e 1638, e nos seis seguintes até 1644, o holandês Gaspar van Baerle, mais conhecido com o nome de Barlaeus, na história que escreveu da administração e feitos de Nassau em Pernambuco. Preclaríssimo poeta, assim na língua holandesa como na latina, cujos primorosos versos, comparados aos melhores da antiguidade, lhe grangearam muita nomeada, agudo teólogo (protestante), penetrante filósofo e distinto doutor em medicina, consagrou Barlaeus os seus últimos anos a essa história, que publicou em Amsterdam em 1647, vindo a falecer logo depois, em 14 de janeiro de 1648, aos 64 anos de idade, com o cérebro mui debilitado.

A latiníssima **História dos oito anos do governo de Nassau**, por mais que corram os séculos, será sempre um livro importante e digno de consultar-se. Só depois que tivemos ocasião de folhear detidamente a correspondência oficial do mesmo Nassau é que nos convencemos que Barlaeus a tivera igualmente presente, e se aproveitara dela com o devido critério; sendo que, como panegirista desses oito anos, pouco se lhe poderá acrescentar. Para ser, porém, considerado **como historiador** imparcial desse período, faltou-lhe obedecer ao preceito: **audietur altera pars**.

E o mais é que o haver o autor deixado de consultar alguns documentos ou autoridades do lado dos nossos foi causada muitas incorreções que a obra contém, nos nomes próprios e geográficos portugueses e do Brasil.

A esplêndida primeira edição, de mais auxílio que as outras por várias plantas topográficas e vistas que só nela se acham (algumas destas firmadas por F. Post), e pelos quatro minuciosos mapas, que abrangem o nosso litoral desde o Rio Real ao Rio Grande do Norte, com alguns pormenores ainda hoje em dia de aproveitar, é infelizmente algum tanto rara, por haverem sido consumidos pelas chamas os exemplares, ainda não vendidos, no incêndio do livreiro-editor João Blaeu.

Inquestionavelmente mui inferior em méritos, tanto a Barlaeus como a Albuquerque, quanto à exata aquilatação dos fatos, e ao método e ordem da narração, é o Padre Mestre Fr. Manuel Caldado, da Ordem de São

Paulo da Congregação de Serra d'Ossa, na primeira parte (única que se imprimiu) do **Valeroso Lucideno**, a qual mais especialmente trata dos fatos concernentes à restauração pernambucana até 15 de julho de 1646. Como testemunha de vista, deve esse autor ser consultado, mas sempre como possível tento e critério. Ministro de uma religião toda de paz e tolerância, mostra-se de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos; partidário de Fernandes Vieira, compromete-o, com o seu pouco tino, quando mais o pretende exaltar; e presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos. Além disso, falta muitas vezes à dignidade histórica, dedica páginas inteiras a muitos contos sem importância e crê ou finge crer em todos os boatos que, para exaltar o povo miúdo contra os holandeses, se faziam correr nos acampamentos. Nem é mais feliz, nem muito mais elevado, nos cantos épicos em oitava rimada, que em favor do seu herói, entresacha em vários lugares do seu livro, que, dado à luz em 1648, foi pouco depois mandado retirar da circulação, a pedido do vigário de Itamaracá, alvo das iras do autor, obtendo, porém, de novo licença para correrem 1668, embora ainda hoje esteja compreendido nas novas edições do índice mandado publicar por Gregório XVI.

Os conhecidos defeitos do livro **Valeroso Lucideno**, principalmente no que toca à falta de correção da linguagem, e de ordem e dignidade na narração, fizeram sentir a necessidade de outra história da restauração pernambucana. Lançou-se à empresa o monge beneditino Fr. Raphael de Jesus, publicando em 1679, em estilo de antíteses, o seu famoso **Castrioto**, cujo título é já quase por si uma verdadeira antítese. Fr. Raphael compraz-se em fazer gala de mui retórico, pondo na boca dos cabos de guerra arengas e discursos por ele compostos, sistema que, em nosso fraco entender, ainda quando bem desempenhado, desvirtua a índole da história; embora tenha ele a seu favor a veneranda autoridade dos escritores gregos e latinos, que tomaram a Xenofonte e a Tucídides por modelos, sem se lembrarem que os discursos que esses últimos transcrevem, e principalmente Xenofonte os seus próprios, bem poderiam haver sido pronunciados tais quais, como hoje deveria transcrever unicamente discursos verdadeiros quem escrevesse a história de um congresso ou parlamento. Compô-los, porém, por sua conta um autor é faltar sem consciência à verdade, e escrever romance histórico em vez de história formal.

O livro que deu à luz em Paris em 1651 o borgonhês Pierre Moreau, e que no ano seguinte foi em Amsterdam publicado em holandês, traduzido por Glazemaker, é, para apreciar bem os sucessos primeiros da restauração pernambucana, de muito auxílio, tendo-se presente igualmente a obra de João Nieuhoff, que estivera no Brasil desde 1640 até 1649 e que nesse livro reúne

vários esclarecimentos e documentos importantes (bem que às vezes em pouca ordem) a respeito das tramas, dos princípios e do desenvolvimento da insurreição de 1645, alguns dos quais haviam sido na própria Holanda publicados antes em folhetos avulsos.

Não inferiores, porém, em autoridade aos cinco escritores que mencionamos, de obras originais de mais vulto, possuímos vários, de fatos especiais, mui recomendáveis e dignos de crédito.

Assim, entre as diferentes relações que da nossa parte se escreveram acerca da tomada (1624) e recuperação da Bahia (1625) distingue-se, pelo caráter oficial de que ia revestido seu autor, como capitão geral da frota portuguesa, a de D. Manuel de Menezes, há já anos (1859) dada à luz (mui mal revista nas provas, e com erros tão manifestos que na própria leitura se advertem) pela cópia do manuscrito que tempos antes tiveram a fortuna de encontrar em Espanha. É um trabalho de consciência, com grande número de fatos e conhecimento de documentos, de alguns das quais se acham compreendidos no texto os próprios originais em espanhol. Contém notícias do que, quase dia por dia, se passou na cidade da Bahia e principalmente na esquadra aí surta, até ainda depois do dia 4 de agosto de 1625, em que o autor partiu para a Europa.

Apesar de ser também cronista-mór do Reino, como Fr. Raphael, D. Manuel não descobre nesses **livrinho**, conforme ele próprio lhe chama (talvez porque pensava publicá-lo em pequeno formato), grandes dotes de historiador, nem de cronista. Cansa o leitor dando-lhe conta de questões de detalhe do serviço, que nem sempre deviam ser conhecidas fora do terço ou regimento ou do barco em que se disputavam, e muito menos passar à posteridade. Ocupa-se igualmente de muitas outras de competência de jurisdição, entre as autoridades de nacionalidade diferente, que tão pouco nos são hoje de nenhum interesse. Leva páginas inteiras justificando-se, de um modo apaixonado, de atos seus ou de outros, não necessários de mencionar. No estilo é corrente e claro, mas abusa dos termos de mar; nem sempre guarda a conveniente gravidade e chega a ser descuidado, empregando alguns espanholismos desnecessários, ou antes algumas palavras puramente espanholas no meio da locução portuguesa.

Mais que o cronista D. Manuel de Menezes se nos recomenda, porém, como escritor o padre Bartolomeu Guerreiro, da Companhia de Jesus, que publicou em Lisboa, do mesmo sucesso da tomada e recuperação da Bahia, uma extensa relação, no próprio ano de 1625. Se não se achava em tão alta posição como D. Manuel de Menezes, teve presentes não só a sua relação, que copia por vezes, como tudo quanto correu pelo governo de Portugal, e a mesma

circunstância de não ter tido parte nos feitos o faz deles menos parcial juiz. No método e ordem da narração e na dignidade do estilo leva muita vantagem ao cronista-mór.

Iguala em autoridade acerca do mesmo sucesso, aos dois escritores de que acabamos de fazer menção, a **Ânu**a da Província Brasilica da Companhia de Jesus em 1624 e 1625, escrita pelo padre Antônio Vieira, ainda então mui jovem, mas já manejando a pena com facilidade, lucidez e brilho, com que veio mais tarde a distinguir-se tanto nas letras.

Ao lado das três relações mencionadas, ficam a perder de vista umas sete, mais resumidas, acerca do mesmo assunto, além de outras, tanto em português como em espanhol, em holandês e até em francês, acerca de vários acontecimentos mais notáveis dessa guerra.

Pelo que respeita à tomada e recuperação do Maranhão, nos serviram de auxiliares, além da obra de Barlaeus, duas exposições, uma de Maximiliano Schade, comandante do forte do Calvário e outra do conselheiro Pedro Bas para retificar vários incidentes inexatamente narrados por Berredo e pelo padre José de Moraes, o qual, aliás, por sua parte, teve a sinceridade de confessar que, "sobejando-lhe a noticia concisa dos fatos, lhe faltaram as circunstâncias deles".

(**História Geral do Brasil**, 3ª edição, tomo 3, pp. 108-121. São Paulo, Melhoramentos, s. d.).

N. da R.: Julgamos oportuno oferecer aos nossos leitores algumas indicações sobre edições mais recentes das obras citadas por Varnhagen, como fontes para o conhecimento do período holandês de nossa História. Atenderemos à ordem do próprio texto do historiador.

1. As **Memórias Diárias**, de Duarte Albuquerque Coelho foram reeditadas por Mello Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (Rio de Janeiro, Tip. de M. Barreto, 1885) e mais recentemente (1944) pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, com "nota explicativa" de Arnóbio Tenório Wanderley.

2. A obra de Brito Freyre, **Nova Lusitânia: história da Guerra Brasilica**, mereceu uma belíssima reedição fac-similar pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, com erudito estudo em apêndice do historiador pernambucano José Antônio

Gonsalves de Mello, no qual são criticadas pertinentemente algumas das considerações de Varnhagen

3. A "latiníssima" obra de Barleu, cujo título correto é **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, teve sua primeira edição em nossa língua em 1940 numa bela edição do Ministério da Educação, numa tradução direta do texto latino por Cláudio Brandão. Duas reedições fac-similares mereceu essa edição: uma, em 1974, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil" e trazendo, a mais, um prefácio e notas de Mário Guimarães Ferri; e outra, em 1980, pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife (Coleção "Recife"), com apresentação de Leonardo Dantas Silva e prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello.

4. A obra de Frei Manuel Callado, **Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**, mereceu duas edições no século XVII e foi a mais aquinhoada de todas, dela se publicando nos últimos quarenta anos nada menos que quatro edições, o que é inusitado para obra de tal natureza. A primeira, em 1942, pelo Governo do Estado de Pernambuco; a segunda, em 1945, pela antiga Editora Cultura, de São Paulo, integrando a série "Brasilica" (nos 5 e 6); a terceira, em 1985, pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (vol. XIII da Coleção Pernambucana), apresentando-se como "reprodução gráfica de edição de 1942, com erratas e correções segundo confronto com a edição portuguesa de 1648" e com apresentação de Leonardo Santos Silva e introdução de José Antônio Gonsalves de Mello; e, finalmente, a quarta pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a Coleção "Reconquista do Brasil", 2ª série, vols. 102 e 103.

5. **Do Castrioto Lusitano**, de Fr. Raphael de Jesus, não conhecemos nenhuma edição recente (Agradeceremos se algum leitor puder nos informar algo a respeito). Temos referência apenas da edição que foi publicada em Paris, por Aillaud, em 1844.

6. Da obra de Pierre Moreau, **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses**, há tradução com notas de Leda Boechat Rodrigues e introdução de José Honório Rodrigues, em edição da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, vol. 54 da coleção

"Reconquista do Brasil", volume que inclui também a **Relação da viagem ao país dos tapuias**, de Roulox Baro.

7. Quanto ao Nieuhoff, autor de um dos mais importantes livros de procedência holandesa, a **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**, teve sua primeira edição brasileira em 1942, em tradução de Moacir N. Vasconcelos e introdução, notas, crítica bibliográfica por José Honório Rodrigues, integrando a coleção "Biblioteca Histórica Brasileira", vol. 9, da antiga Livraria Martins, de São Paulo. Há reedição fac-similar pela Itatiaia/USP, na coleção "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 35, de 1981.